

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**PAMELA ZITTO DE SOUZA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO NO BRASIL**

**Varginha–MG  
2022**

**PAMELA ZITTO DE SOUZA**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO NO BRASIL**

Trabalho de conclusão do PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. Orientador: Prof. Dr. Fernando Batista Pereira.

**Varginha–MG  
2022**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas Biblioteca  
Campus Varginha

SOUZA, PAMELA ZITTO DE.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA : UMA BREVE ANÁLISE E  
REFLEXÃO NO BRASIL / PAMELA ZITTO DE SOUZA. -

Varginha, MG, 2022.

26 f. : il. -

Orientador(a): FERNANDO BATISTA PEREIRA.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado  
Interdisciplinar em Ciência e Economia) - Universidade Federal de  
Alfenas, Varginha, MG, 2022.

Bibliografia.

1. Educação Financeira. 2. Alfabetização Financeira . 3.  
Estratégia Nacional de Educação Financeira. I. PEREIRA,

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

## RESUMO

Nos últimos anos a discussão sobre os benefícios da educação financeira para as pessoas adquiriu um grande destaque no país. Diversas esferas do setor público e privado tem colocado o assunto como um relevante mecanismo para promover as estratégias de políticas públicas, visto a importância que este tem para a alfabetização financeira da população. O objetivo desta pesquisa é discutir como os conteúdos atuais de educação financeira tem evoluído ao longo do tempo e mostrar como estes não colaboram para uma base financeira sólida para o indivíduo. Metodologicamente, apresenta-se uma revisão bibliográfica, com análise da literatura e de pesquisas nacionais sobre o tema. Entende-se que houve um importante avanço da educação financeira no Brasil, obtendo uma considerável generalização no mundo acadêmico e nas mídias do país. Mas observou-se por meio das pesquisas dos órgãos financeiros do país que tais conteúdos ainda precisam de melhoras para atingir ainda mais cidadãos comuns e, assim, possam de forma efetiva impactar positivamente as finanças pessoais. Compreende-se que a educação financeira é um mecanismo para fomentar a alfabetização e este é primordial para determinar as mudanças no comportamento financeiro das pessoas, impulsionando um maior equilíbrio do bem-estar financeiro.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Alfabetização Financeira; Estratégia Nacional de Educação Financeira.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.....</b>	<b>6</b>
2.1 Definição de educação financeira .....	6
2.2 A proposta convencional de educação financeira .....	8
2.3 As medidas desenvolvidas pela ENEF .....	12
<b>3 A DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA LITERATURA BRASILEIRA .....</b>	<b>19</b>
<b>4 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS MÍDIAS.....</b>	<b>22</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem se ampliado o debate dos benefícios da educação financeira para a população comum. Nesse cenário, muitos autores e instituições governamentais e acadêmicas colocam a educação financeira como um importante mecanismo de política pública, pois esta alfabetização financeira resulta em grandes benefícios para os cidadãos.

Os organismos internacionais têm dado grande relevância para a educação financeira, principalmente voltada a questão da inclusão social e financeira. O tema ganhou bastante notoriedade devido a intensa preocupação pública e privada diante das alarmantes estatísticas a respeito das competências econômicas e do letramento financeiro da população de países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. Os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor realizado pelo Serasa têm apontado um grande contingente de inadimplentes, principalmente entre os jovens (HOFMANN; MORO, 2012).

Os defensores da educação financeira acreditam que esta promoveria a capacitação financeira das famílias, através dos conhecimentos e informações sobre a gerência de suas finanças pessoais, além da utilização dos produtos e serviços presentes no mercado. De acordo com Pereira, Cavalcante e Crocco (2019), não se deve negar a importância da educação financeira, embora compreenda-se que o isolado progresso da educação financeira não irá qualificar as tomadas de decisões das pessoas, diante do atual contexto do sistema financeiro.

Diante da importância que o tema tem adquirido na atualidade, diversas pesquisas acadêmicas têm sido realizadas no território brasileiro com relação ao tema. Ademais, o assunto tem também adquirido um importante espaço nas mídias brasileiras. Tais mecanismos são importantes para conscientizar o cidadão comum com relação a educação financeira.

O objetivo deste trabalho é discutir como os conteúdos atuais de finanças tem evoluído ao longo do tempo e mostrar como estes não colaboram para uma base financeira de conhecimentos sólida para os indivíduos. Metodologicamente, o trabalho apresenta uma revisão bibliográfica, com análise da literatura e de pesquisas nacionais sobre o tema. A pesquisa visa demonstrar os principais aspectos relacionados com a educação financeira no país, mostrando a sua evolução e algumas pesquisas que têm sido realizados

por órgãos que regulam a questão financeira no Brasil. Além disso, procura demonstrar como esse campo tem expandido no mundo acadêmico.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado da seguinte maneira. A primeira seção evidencia a educação financeira no Brasil, apontando a sua definição e a proposta e ações da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Em seguida, é apresentado a disseminação dos estudos acadêmicos sobre o tema na literatura brasileira. Na terceira seção, é demonstrado a evolução do tema nas mídias brasileiras, destacando as principais plataformas de expansão dos conteúdos de educação financeira. Por fim, serão expostas as considerações finais.

## **2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL**

### **2.1 Definição de educação financeira**

No começo dos anos 2000, a verificação da correlação entre pobreza e exclusão financeira colocou em destaque uma importante discussão em torno do desenvolvimento econômico, derivando na conceituação dos Princípios para Inclusão Financeira Inovadora do G20 (RIBEIRO, 2020). Um dos princípios diz que os países devem promover a educação e capacitação financeira da população.

Desta forma, a educação financeira ganhou uma grande importância ao longo do século XXI. Conforme Pereira, Cavalcante e Campos (2022), desde o início deste século tem se ampliado as discussões sobre o assunto no Brasil e nos demais países. Ou seja, a educação financeira tornou-se em um grande instrumento de política pública, uma vez que supostamente acarreta inúmeros benefícios para a população.

Esse tema tem sido defendido por diversas esferas (governo, esferas internacionais, instituições do sistema financeiro, dentre outros) como mecanismo de política pública desde os anos 1990 (PEREIRA, 2015). De acordo com Hofmann e Moro (2012), as esferas internacionais têm afirmado a relevância da educação financeira como instrumento de inclusão social. Ainda conforme os autores, o tema tem se consolidado devido a grande preocupação pública e privada diante de dados preocupantes sobre as competências econômicas e habilidades financeiras da população de inúmeros países, principalmente os países em desenvolvimento.

Apesar dos princípios do G20 tenham sido determinados apenas em 2010, a Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 2003 tem dado atenção para a educação financeira (RIBEIRO, 2020). Ainda em conformidade com Ribeiro (2020), no documento *Recommendation on principles and good practices for*

*financial education and awareness*, a organização recomendou os países membros e não membros a seguir uma série de pontos descritos no documento, além de propagar os princípios e as boas práticas entre as entidades dos setores públicos e privado.

A conceituação da educação financeira difundida na literatura é baseada na proposta da Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Educação financeira é o processo através do qual consumidores/investidores financeiros melhoram seu entendimento sobre conceitos e produtos financeiros, através da informação, instrução e aconselhamento objetivo, desenvolvem sua habilidade e confiança para tornarem-se mais atentos aos riscos e oportunidades financeiras, de modo a tomarem decisões com base nas informações necessárias, sabendo onde devem ir para obter ajuda e para proceder ações efetivas que promovam a melhora do seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 26, tradução nossa).

Para a OCDE, a educação financeira torna-se fundamental para as famílias, investidores e consumidores que cotidianamente buscam controlar suas finanças. O letramento financeiro, conforme a OCDE, é primordial para as famílias tentarem discernir a melhor forma de atingir o equilíbrio orçamentário (HOFMANN; MORO, 2012).

Segundo Pereira, Cavalcante e Crocco (2019), a educação financeira pode ser compreendida como uma atividade de instrução, que abrange treinamento e ensinamento, buscando o conhecimento e aprimoramento de habilidades para assimilar os termos e definições financeiras, ser capaz de manuseá-los e utilizá-los, entendendo seus vínculos.

Pereira (2015) pontua quatro argumentos para ficarem esclarecidos sobre a constituição da educação financeira como uma perspectiva factível. Em primeiro, a apresentação da definição de educação financeira é exposta de maneira genérica, sem indicar seu campo de ação e caracterizar profundidade do assunto. Em segundo, deve-se atentar que o tema tem como fundamento a transferência de conhecimentos de assuntos ligados às finanças pessoais. Em terceiro, deve-se verificar que, além de um plano de ensino ambicioso dadas as profundas complexidades e atualizações requeridas, o conceito de educação financeira descrita pela OCDE possui uma característica dinâmica. Por último, apesar de não estar descrita claramente na definição, espera-se que a proposta operacional sobre o tema seja por meio de uma estrutura unidirecional, a partir de instrutores para participantes (PEREIRA, 2015).

Em síntese, a educação financeira engloba um conjunto de iniciativas coletivas que tem como cerne a transferência de conhecimento de finanças pessoais juntamente com os ensinamento sobre acesso a fontes de informações e orientações sobre o mercado financeiro, bem como o sistema de proteção do consumo financeiro (PEREIRA, 2015, p.



15). Na próxima seção discute-se a proposta convencional de educação financeira no Brasil.

## **2.2 A proposta convencional de educação financeira**

Com objetivo de expandir o letramento financeiro da população, o governo do Brasil instituiu no ano de 2007 um Grupo de Trabalho constituído por membros do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (HOFMANN; MORO, 2012). De acordo com Hofmann e Moro (2012, p. 48), o central propósito “era o desenvolvimento de uma proposta da “Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF” que contemplasse a realização de um inventário nacional de ações e de projetos de Educação Financeira já operantes no país (...)”. Ademais, também tinham como objetivo o mapeamento do nível de letramento financeiro da população do país.

Diante dos problemas sociais e econômicos derivados da uma gestão inadequada das finanças pessoais, a educação financeira se transfigura como um importante mecanismo de política pública para fomentar o letramento financeiro da população mais pobre, minimizando, de alguma forma, o risco que estas pessoas estão expostas (HOFMANN; MORO, 2012). Com a ampla defesa da educação financeira da população “comum” no Brasil, ocorreu-se em 2010 a criação da ENEF.

A defesa de uma ENEF é que a educação financeira é um mecanismo primordial para estimular a alfabetização e o bem-estar financeira da população como um todo (PEREIRA; CAVALCANTE; CAMPOS, 2022). Os desdobramentos internacionais foram importantes para o contexto brasileiro. O plano diretor do Brasil foi fundamentado na definição de educação financeira da OCDE descrita anteriormente.

Educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (ENEF, 2010, p. 20).

Como já dito, para elaborar a ENEF foi necessário estudos por parte de um Grupo de trabalho. Por meio desses estudos, foram considerados três informações para mensurar as fundamentais necessidades de educação financeira do território brasileiro, sendo: i)

uma pesquisa nacional; ii) experiências de outros países; iii) levantamento das iniciativas de educação financeira presentes no país (RIBEIRO, 2020, p. 491).

Os resultados da pesquisa nacional realizada em 2008 em seis capitais (Porto Alegre, Salvador, Brasília, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro) demonstraram que os indivíduos não planejam seus gastos com relação ao futuro, não se preparam previamente para a aposentadoria, não têm consciência dos riscos financeiros, tem dificuldades com empréstimos e financiamentos, dentre outros aspectos importantes (RIBEIRO, 2020).

Segundo Cardozo (2011), verificou-se a importância em disseminar as definições básicas de educação financeira as crianças, para que desde cedo tenha consciência sobre alguns basilares da educação financeira como a ideia de dinheiro no tempo, juros, prós e contras do parcelamento, dentre outros fatores. Por meio dessa pesquisa, o governo brasileiro constatou que a alfabetização financeira da população é baixa, necessitando de desenvolver estratégias para levar o melhor conteúdo de educação financeira para a sociedade.

De acordo com Martins (2013), o programa de educação financeira do Brasil expõe diferenças e semelhanças com experiências internacionais de países como: Portugal, Estados Unidos, El Salvador e Nova Zelândia. Ainda conforma a autora, as estratégias nacionais não exibem um modelo único, mas buscam adaptar-se à realidade. O Grupo de trabalho ao verificar as experiências internacionais constatou que a necessidade de educar financeiramente as pessoas, por causa do aumento da complexidade de produtos financeiros, crescimento da expectativa de vida e das alterações na distribuição de renda (RIBEIRO, 2020). Nos governos dos Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Austrália e Nova Zelândia existem um conjunto de iniciativas sobre educação financeira, além do incentivo do setor privado e sociedade civil em direção as crianças, famílias e comunidades. Nesses países têm-se um enorme reconhecimento sobre a necessidade de educar financeiramente as população (RIBEIRO, 2020).

O levantamento das iniciativas de educação financeira presentes no país apontou medidas do próprio governo. Além disso, identificaram diversas iniciativas do setor financeiro e de organizações não governamentais, mas verificou-se que não há uma organização entre estes agentes. Desta maneira, catalogaram nove assuntos para aperfeiçoamento, sendo eles: economia, crédito e juros, planejamento financeiro, serviços financeiros, investimentos, proteção e defesa do consumidor, previdência social, seguros e capitalização (RIBEIRO, 2020).

Retomando o que foi falado acima, por meio das pesquisas realizadas pelo Grupo de trabalho foi criado a ENEF através de um plano diretor<sup>1</sup>. A base da formulação da ENEF se baseou nos seguintes objetivos: a) promover a educação financeira e previdenciária; b) aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e c) contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (CARDOZO, 2011; RIBEIRO, 2020). Conforme as informações disponíveis no site oficial do programa, a ENEF pode ser definida como:

(...) uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil. A estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial. O objetivo da ENEF, criada através do Decreto Federal 7.397/2010, é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (ENEf, 2017).

A implantação da ENEF segue uma abordagem convencional, que segundo Pereira, Cavalcante e Crocco (2019), focaliza principalmente em ensinar a pessoa sobre como trabalhar o seu financeiro. Conforme os autores, a proposta traz consigo três elementos presentes na abordagem convencional. O primeiro elemento é que há um contexto de baixa alfabetização financeira no mundo contemporâneo que alcança dimensões extremas entre mulheres, idosos, pobres, pessoas com baixa escolarização, negros. O segundo é que a baixa alfabetização está relacionada com os comportamentos financeiros e com o baixo desempenho financeiro. Por último, a hipótese de que a educação financeira viabiliza alfabetização e capacitação financeira<sup>2</sup>, o que acarretam comportamentos adequados e em ganhos de bem-estar financeiro (PEREIRA, 2015; PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019).

De acordo com Pereira (2015), para a abordagem convencional, as informações descritas acima são suficientes para reproduzir uma firme constatação: “a de que a educação financeira deve ser utilizada para reequilibrar as divergências encontradas, tanto na alfabetização como nos resultados de comportamento/desempenho financeiro” (PEREIRA, 2015, p. 20). Assim, há uma relação de causalidade entre alfabetização,

---

<sup>1</sup> O Plano Diretor foi estabelecido pela Deliberação nº 2/2011 do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) com o objetivo de fortalecer a ENEF, com os planos, os programas e medidas previstas no art. 3º do Decreto nº 7.397/2010, disponível no site oficial do programa.

<sup>2</sup> A capacitação financeira é um definição recente na literatura, mas que já é bastante difundida. Segundo Pereira (2015, p.17), esta “é proposta como um indicador de conhecimento prático, habilidade e atitude (entendida como “motivação e confiança para agir”) para lidar com decisões que promovam o bem-estar financeiro”.

comportamento e desempenho financeiro, em que o elemento alfabetização é o fator preponderante. Essa argumentação é um dos principais motivos da abordagem convencional defender as propostas de educação financeira (PEREIRA, 2015).

A teoria da abordagem convencional defende que os indivíduos se comportam fundamentalmente em conhecimentos e informações plenamente racionais, em busca do bem-estar financeiro. Por consequência, acredita-se que a educação financeira, ao transmitir conhecimento e informações, viabilizaria a capacitação financeira, que se traduz em decisões mais corretas, e, como resultado, na melhor performance das finanças pessoais (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019). De maneira mais objetiva, ainda segundo Pereira, Cavalcante e Crocco (2019), a abordagem convencional acredita que a educação financeira vai conscientizar as pessoas com relação a demanda de tomarem um comportamento adequado, de estruturação e adesão de melhores maneiras de administrar suas finanças, nas diferentes formas (gastos, renda, investimentos, dentre outros).

Essas afirmações, segundo Pereira (2015), não querem dizer que a educação financeira seja a única condição necessária para promover a capacitação financeira e o comportamento financeiro das pessoas. Diversos defensores/pesquisadores da abordagem convencional admitem que os indivíduos não agem de maneira plenamente racional e lógica, estando sujeitos a influências de fatores sociais, culturais, emocionais e mercadológicas, dentre outros.

A expectativa dos pesquisadores que defendem essa abordagem é que as iniciativas de educação financeira poderão oportunizar importantes resultados no futuro próximo. Contudo, as dificuldades da educação financeira não se resumem somente da questão prática, mas também no aspecto teórico (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019).

A abordagem convencional tem recebido diversas críticas nas últimas décadas, devido sua lógica e suas hipóteses básicas. De acordo com Pereira, Cavalcante e Crocco (2019), parte das críticas são realizadas pelas autores chamados de institucionalistas. Esses autores analisam os integrantes do sistema socioeconômico, financeiro e jurídico como um todo, e não focam somente nas pessoas isoladas. Para tais, isso é preciso, uma vez que esse sistema determina limites a vida financeira dos indivíduos.

Os institucionalistas basearam em resultados de pesquisas dos *behavioristas* para realizar críticas a abordagem convencional de que as decisão dos indivíduos são plenamente racionais e guarnecidas pelos conhecimentos e informações adquiridas

(PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019). De acordo com Pereira (2015), a principal colaboração teórica dos *behavioristas* é elucidar que as informações e conhecimentos são somente um dos fatores comportamentais, que também são impactados por características cognitivas e emocionais. As pesquisas dessa linha teórica verificaram que as pessoas não se comportam de maneira racional.

Ainda conforme Pereira (2015, p. 57), a principal crítica dos *behavioristas* “é de que a tomada de uma decisão financeira requer, frequentemente, o uso de raciocínios lógicos complexos, a serem processados em contextos que podem envolver barreiras físicas e emocionais intangíveis (...)”. Pereira, Cavalcante e Crocco (2019) relatam que é natural a indagação sobre o potencial da educação financeira em oportunizar alterações no comportamento das pessoas em prol do bem-estar financeiro, mesmo diante de conhecimentos e informações guarnecidas sejam completas e suficientes.

Com relação a crítica institucionalista, Pereira (2015) pontua que:

O ponto comum da crítica institucionalista é que a hipótese da abordagem convencional que aponta a alfabetização financeira como o principal determinante da capacitação financeira e, por consequência, do bem-estar financeiro das famílias é, grosso modo, um discurso para responsabilizá-las por sua condição insuficiente (PEREIRA, 2015, p. 65).

Conforme essa crítica, a qualificação educacional financeira, mesmo que seja de grande qualidade, de acordo com os parâmetros do pressuposto convencional, seria insuficiente ou até mesmo inapropriada para garantir a capacitação financeira de uma pessoa, especialmente quando é realizada de maneira isolada (PEREIRA; CAVALCANTE; CROCCO, 2019). Com intuito de conhecer as medidas desenvolvidas pela ENEF, na próxima seção apresenta e discute tais medidas.

### **2.3 As medidas desenvolvidas pela ENEF**

Desde a criação da ENEF diversas pesquisas têm sido realizadas no país, com intuito de verificar a importância da educação financeira na sociedade e nas formulações de políticas públicas do país. As medidas desenvolvidas na ENEF podem ser classificadas em duas categorias: transversais e setoriais. As medidas transversais são dirigidas pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), em que podem ser destacadas o Programa Educação Financeira nas Escolas, o Programa Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade, o Selo ENEF e a Semana anual da ENEF (AEF-BRASIL, 2020; PEREIRA et al., 2022).

Nos princípios e recomendações da OCDE o programa de educação financeira deve atentar nas prioridades de cada país. Ou seja, no Brasil, um território vasto, deve-se

trabalhar as prioridades conforme a realidade de cada espaço escolar. Outro princípio que a OCDE destaca é que a educação financeira deve iniciar na escola, isso porque, embora antes de inserir para o ensino básico, qualquer criança já se deparou com episódios de finanças (CARDOZO, 2011).

Como destacado anteriormente, o Brasil tem inserido o programa de educação financeira nas escolas, como o Programa Educação Financeira nas Escolas. De acordo com Pereira et al. (2022), entre 2010 e 2011 a ENEF executou sua primeira medida para expandir o conteúdo de educação financeira nas escolas. O projeto intitulado como “Educação Financeira nas Escolas para Ensino Médio” em parceria com Banco Mundial, alcançou 891 escolas públicas de seis estados brasileiros. Pereira (2015) considera esse programa muito importante, uma vez que ao focar nas crianças e jovens, agrega um conteúdo importante para a etapa de vida desses indivíduos e porque será uma espécie de cadeia de conhecimentos, ou seja, essas crianças e jovens irá expandir esse conteúdo para os seus núcleos familiares.

Ao longo da segunda metade do século XXI outras medidas foram implementadas nos diferentes contextos, por exemplo, no ensino fundamental, aprendizagem contínua dos professores e a educação à distância. O país tem se esforçado para disseminar os conteúdos de educação financeira, implementando diversas ações no território brasileiro. Como um passo importante para que o tema esteja dentro do cotidiano das escolas brasileiras, no ano de 2017, a Base Normativa Comum Curricular (BNCC), estabeleceu uma gama de aprendizagens fundamentais nas fases da educação básica (BRASIL, 2017; PEREIRA et al., 2022). Conforme Pereira et al. (2022), recentemente, o debate sobre mudança do currículo do ensino médio indica a incorporação de disciplinas eletivas, incorporando assuntos financeiros.

Cunha (2020) destaca a importância do educador que irá compartilhar o conteúdo de educação financeira. Para o autora, este profissional necessita de adaptar ao tema, ser comprometido e estar motivado para executar tal função. Os autores Pereira et al. (2022, p.10) elucidam que “apesar das estratégias terem se redirecionado para o professor, as ações da AEF-Brasil para esse público ficaram restritas ao curso de formação online disponível na plataforma da ENEF e os materiais para serem trabalhados com os alunos em sala de aula”.

O entendimento da “importância” do tema passa pelo convencimento genuíno do educador, tendo pouco ou nada a ver com a proposição de um exercício intelectual de elaboração e construção das justificativas pedagógicas para a iniciativa. Isso não deve ser entendido, entretanto, como objetivo de controle inflexível da prática do professor. Ao contrário, a afirmação da garantia de sua

liberdade e uso de sua criatividade para adaptar conteúdos à realidade local é recorrente. O comprometimento é central por isso: pode garantir a apreensão daquele repertório a despeito de variações internas ou colorações locais – pluralidade controlada que concorre para a replicação coesa e coerente do vocabulário, dos recursos e dos valores implicados neste universo (CUNHA, 2020, p. 8).

Outro programa que merece destaque é o “Programa Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade”, ocorrido entre 2014 e 2017. Programas pilotos foram desenvolvidos com diferentes focos pelo Centro de Convivência do Idoso (CCI) e Centro de Assistência Social (CRAS), sendo eles: i) idosos que recebem até dois salários mínimos; ii) mulheres beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF) (AEF-BRASIL, 2020; PEREIRA et al., 2022).

De acordo com Pereira et al. (2022), o propósito principal do programa de educação financeira era delinear o comportamento financeiro dos indivíduos para evitar o endividamento. O prêmio Nobel de Economia de 2002 ganhado pelo psicólogo Daniel Kahneman e pelo economista Vernon Smith demonstrou e questionou a influência da psicologia nas decisões financeiras. Desde então, diversos programas e obras de educação financeira já absorvem as diligências da economia comportamental (MARTINS, 2013). Segundo Pereira, Cavalcante e Campos (2022), a literatura comportamental começou a ser frequentemente inserida por estratégias nacionais sobre a educação financeira. Com relação ao “Programa Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade”, Pereira et al. (2022) elucidam que a abordagem do programa é uma característica do modelo ENEF, dado que proporciona o conhecimento de temas importantes para determinados grupos de pessoas. Com respeito aos beneficiários do Bolsa Família, refere-se as famílias pobres com baixa renda, situações precárias de vida e com baixo nível de escolaridade (PEREIRA et al., 2022).

Por meio de pesquisas anteriores, a Aef-Brasil<sup>3</sup> (2020) verificou que a educação financeira para os adultos é muito distinta da abordagem realizada com as crianças e jovens. Por um lado, as crianças e os jovens estão na escola e em processo de aprendizagem, e os adultos em vulnerabilidade não estão institucionalizados e já tem posicionamentos construídos com relação ao mundo. Assim, “são desafios tanto o acesso a essa população quanto o desenvolvimento de tecnologias que não só resultem em conhecimento sobre educação financeira, mas fundamentalmente que influenciem em

---

<sup>3</sup> É um órgão da Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), criada em 2011 pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para conduzir a ENEF.

suas escolhas, por meio de atitudes e comportamentos financeiros saudáveis” (AEF-BRASIL, 2020, p. 43).

O PBF alcançou mais de 14 milhões de famílias brasileira em julho de 2020. Dessa totalidade, mais de 90% dos indivíduos inscritos no programa são mulheres. A maior parcela dos casos os responsáveis legais são mulheres (AEF-BRASIL, 2020). O programa identificou o perfil das mulheres beneficiárias pelo PBF. Por meio dos comportamentos, a pesquisa identificou quatro categorias de pessoas entre o público alvo, sendo: sonhadora; visionária; sobrevivente; e guerreira. As características podem ser observadas no Quadro 1.

Os autores Pereira et al. (2022) acreditam que as sonhadoras e visionárias seriam as mulheres que teriam o anseio de conquistar uma vida melhor, porém o primeiro perfil de mulheres tende a ter mais comportamentos que excedem o orçamento, afetando o bem-estar financeiro. Já as visionárias, com perfil empreendedor, lidam-se com a gestão e com o risco da economia. Os outros dois perfis, são os mais complicados, uma vez que apresenta dificuldade no que se refere a renda.

Levou-se em consideração o reconhecimento ou não do sonho, a inércia e o movimento diante de condições específicas. Desta maneira, as tecnologias sociais e as formações dos técnicos foram formuladas de maneira a estimular os perfis das mulheres a superarem os desafios e identificarem e empregarem suas potencialidades com intuito de produzir reflexões sobre seus comportamentos, fomentando pessoas financeiramente educadas (AEF-BRASIL, 2020, p. 49). Assim, a diferença entre os perfis se encontra na forma como estes lidam com a condição de vulnerabilidade (AEF-BRASIL, 2020; PEREIRA et al., 2022). Na compreensão de Pereira et al. (2022), as mulheres sonhadoras e sobreviventes precisam ter um consumo consciente, enquanto as mulheres visionárias e guerreiras necessitam ter um planejamento e saber lidar com os riscos.



**QUADRO 1 – Perfil das mulheres beneficiadas pelo PBF**

I N É R C I A	RECONHECE O SONHO		M O V I M E N T O
	SONHADORA	VISIONÁRIA	
	<p><b>Gestão do orçamento familiar:</b> Baixa responsabilidade sobre o uso do dinheiro por conta do impulso ao consumo.</p> <p><b>Desafios:</b> encorajar escolhas financeiras mais maduras e conscientes e dar instrumentos para isso.</p>	<p><b>Gestão do orçamento familiar:</b> Geração de patrimônio e de reservas. Gestão de riscos e investimentos.</p> <p><b>Desafios:</b> apoiar a ampliação e proteção do seu patrimônio, e estimular seu papel multiplicador.</p>	
	SOBREVIVENTE	GUERREIRA	
	<p><b>Gestão do orçamento familiar:</b> Otimização de recursos limitados.</p> <p><b>Desafios:</b> potencializar o talento de gestão de recursos escassos para empoderar essa mulher.</p>	<p><b>Gestão do orçamento familiar:</b> Foco nas escolhas a curto prazo.</p> <p><b>Desafios:</b> desenvolver visão de riscos e a orientação para se planejar a médio e longo prazo.</p>	
NÃO RECONHECE O SONHO			

Fonte: AEF-BRASIL (2020).

Elaborada pela autora.

De acordo com os autores Pereira et al. (2022), a divisão dos grupos segundo os perfis pré-definidos, apresentam algumas particularidades. Nas palavras dos autores:

A separação em grupos conforme perfis pré-definidos, em particular a partir de uma tipologia baseada em modos de gestão de orçamentos, aparenta implicar uma dicotomia entre, por um lado, perfis voltados a estímulos para consumo, em especial de produtos financeiros; e, por outro lado, perfis voltados a soluções de problemas de endividamento e poupança. Esta separação de estímulos contempla uma abordagem que enfatiza o caráter de consumidor financeiro do público-alvo e, por isso, os conteúdos utilizados acabam por se afastar de um núcleo básico de educação financeira essencial, que não só apresenta informações sobre uso e acesso a produtos e serviços financeiros, mas também engloba informações importantes sobre proteção, direitos do consumidor (financeiro) e canais de resolução de conflitos, estes últimos que seriam fundamentais em uma estratégia de educação financeira (PEREIRA et al., 2022, p. 12).

Com relação ao outro programa piloto, com foco nos idosos, também foi identificado alguns perfis com relação a esse grupo. Há um aumento muito expressivo dos idosos no mundo inteiro. No Brasil, os aposentados têm adquirido muitas dívidas, especialmente no que tange ao crédito consignado. Além disso, esse grupo tem problemas com as burocracias e recorrentemente são solicitados para adquirir empréstimos para os familiares. Todo esse contexto leva os idosos a se endividar, principalmente os aposentados de baixa renda (AEF-BRASIL, 2020). Desta maneira, a expansão dos conteúdos de educação financeira para esse público é fundamental.

**QUADRO 2** – Perfil dos idosos com renda até dois salários mínimos

<b>MENOS LIMITE NA RELAÇÃO COM O OUTRO</b>	<b>AÇÃO POR REFLEXÃO</b>		<b>MAIS LIMITE NA RELAÇÃO COM O OUTRO</b>
	DEDICADO	ANCIÃO	
	<b>Motivos do superendividamento:</b> Doação; Realização de desejos alheios. <b>Desafios:</b> Colocar limites; Olhar para si.	<b>Motivos do superendividamento:</b> Empreender e investir; Situações adversas. <b>Desafios:</b> Riscos; Imprevistos.	
	RESIGNADO	HEDONISTA	
	<b>Motivos do superendividamento:</b> Abusos financeiros; Escolhas inconscientes; Desconhecimento. <b>Desafios:</b> Empoderamento; Isolamento.	<b>Motivos do superendividamento:</b> Consumo impulsivo, vaidade; Priorização do presente. <b>Desafios:</b> Sustentabilidade; Disciplina.	
<b>AÇÃO POR IMPULSO</b>			

Fonte: AEF-BRASIL (2020).  
Elaborada pela autora.

Através dos comportamentos dos idosos, a pesquisa identificou quatro categorias de pessoas entre o público alvo, sendo: dedicado; ancião; resignado; hedonistas. As características dessas pessoas podem ser observadas no Quadro 2. Segundo Pereira et. al (2022), assim como nos perfis das mulheres beneficiadas pelo PBF, os perfis dos idosos também se organizam conforme as situações e cenários do mercado financeiro. No caso dos perfis de idosos com renda até dois salários mínimos, Pereira et. al (2022) aponta que:

(...) tipologias definidas a partir de padrões de risco, usadas para definir lições de educação financeira, por mais que estejam voltadas à simplificação e padronização de comportamentos que viabilizem processos pedagógicos, ainda assim pecam pelo persistente foco em um padrão marcadamente financeiro, em oposição ao objetivo primário educacional, para formatação da iniciativa. Esse reducionismo acaba por reduzir a eficácia da iniciativa ao limitar conteúdos que poderiam ser mais amplamente utilizados, como divulgação de instituições de proteção ao consumidor financeiro e de redes de segurança e aconselhamento que podem viabilizar acesso seguro a informações sobre serviços e produtos financeiros (PEREIRA et al., 2022, p. 13).

O programa voltado para os adultos teve um grande impacto, deixando um legado em 11% das cidades do país, em todas as unidades federativas com aproximadamente 2 mil técnicos de CRAS e CREAS capacitados (AEF-BRASIL, 2020). É importante destacar que os dois grupos alvos nesse programa são frequentemente indagados por instituições financeiras por auferirem uma renda fixa por mês. O programa relata o mau

uso do crédito consignado dos idosos, em que segundo os autores Pereira et. al (2022), tal programa desconsidera o assédio por parte das instituições financeiras em cima dos idosos. Ou seja, assume que estes são irresponsáveis.

As duas principais medidas aplicadas pela Aef-Brasil que foram explicitadas acima, passaram por avaliação de impacto, nos anos de 2010, 2011 e 2017. As pesquisas foram realizadas juntamente com Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Alguns resultados sobre as mulheres beneficiadas podem ser destacados: i) aumento de 67,7% da quantidade de mulheres que expandiu sua poupança nos últimos 3 meses; ii) crescimento de 71% no valor médio poupado. Para os idosos com renda até dois salários mínimos, destaca-se: i) redução de 40% na quantidade de idosos que estavam inadimplentes; ii) 9% declararam que diminuiriam suas dívidas. A alfabetização financeira teve um efeito modesto nas mulheres beneficiárias do PBF (6%), por outro lado, nos idosos não houve avanço (AEF-BRASIL, 2017; PEREIRA et al., 2022).

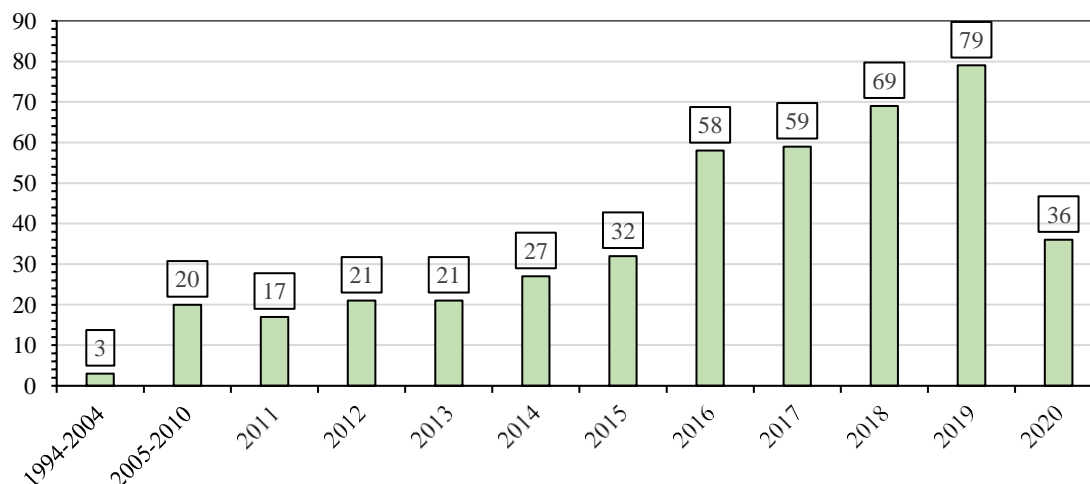
De maneira simplória, os resultados encontrados foram positivos. Contudo, houve fragilidades importantes na pesquisa. Nas palavras de Pereira et al. (2022, p. 17), “o grande problema é a dependência de respostas autodeclaradas, especialmente quando relacionadas à melhora de comportamento e bem-estar financeiro”. Esse problema acontece ao longo das medidas de educação financeira, pois os participantes de alguma maneira já sabem a resposta correta. Assim, as respostas tendem a ser mais positivas do que a do grupo de controle.

É nesse ponto que está o grande problema, pois em muitas das vezes, não obrigatoriamente esses resultados representam o comportamento financeiro dos indivíduos e o bem-estar financeiro, uma vez que a alteração de comportamento deve decorrer em um cenário de grandes gastos com publicidade e propaganda, estimulado pelo próprio governo (PEREIRA et al., 2022). Além da expansão dos conteúdos de educação financeira em mídias, este assunto tem ganhado cada vez mais importância e visibilidade na literatura brasileira. Assim, como esse estudo que busca refletir sobre os aspectos da educação financeira, outras pesquisas têm sido realizadas sobre esse tema, expandido ano a ano as produções acadêmicas. Na seção seguinte, será apresentado a evolução da produção acadêmica sobre o tema no país.

### 3 A DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA LITERATURA BRASILEIRA

O tema tem se difundido na literatura brasileira, sobretudo pela sua importância para os diferentes agentes (famílias, governos, empresas). Conforme Aef-Brasil (2020), as produções sobre essa temática têm aumentado com o passar do tempo, como pode ser observado no Gráfico 1.

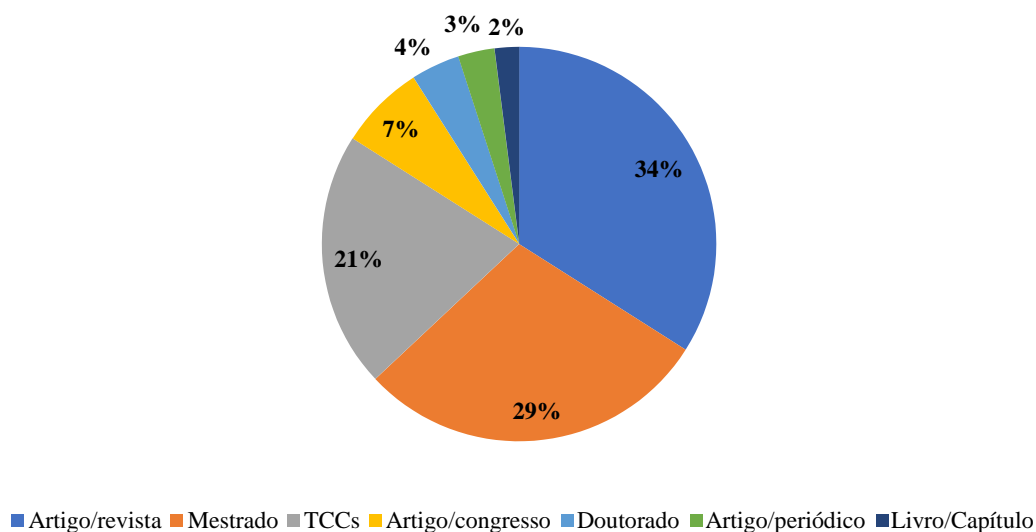
**GRÁFICO 1** – Número de publicações sobre a educação financeira no Brasil, 1999-2020



Fonte: AEF-BRASIL (2020).  
Elaborada pela autora.

Verifica-se que por meio do Gráfico 1, a quantidade de publicações sobre a educação financeira no Brasil tem se ampliado ao longo do tempo. Entre 2016-2019 cresceu significativamente o número de pesquisas sobre tema, com destaque para o ano de 2019. Isso evidencia a preocupação e importância que este assunto tem adquirido por parte dos pesquisadores.

De acordo com Aef-Brasil (2020), os artigos são maioria no levantamento amostral, sendo publicados entre revistas, periódicos e congressos. Em seguida, as dissertações e as teses, são respectivamente, segundo e terceiro lugar em termos de volume de pesquisas. Essas informações podem ser mais bem visualizadas por meio do Gráfico 2.

**GRÁFICO 2** – Total de produções conforme os diferentes meios de publicações (%)

Fonte: AEF-BRASIL (2020).  
Elaborada pela autora.

O crescimento absoluto da produção na pós-graduação e graduação pode ser observado por meio da Tabela 1. De acordo com o levantamento da Aef-Brasil (2020), das 91 monografias encontradas sobre o assunto, 12 são frutos de um trabalho do Polo de Educação constituído em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Destacam-se a parceria para elucidar que o fortalecimento entre redes contribuem para o empoderamento de novos especialistas no tema. Entretanto, ressaltam que, na educação no futuro próximo deve priorizar e construir medidas de longo prazo sustentáveis e engajadas.

**TABELA 1** – Quantidade de trabalhos com o tema de educação financeira

Tipo	Quantidade
Teses de Doutorado	17
Dissertações de Mestrado	129
Artigos em revistas	150
Artigos em congressos	29
Artigos em periódicos	15
TCCs/monografias	91
Livros/Capítulos de livro	8

Fonte: AEF-BRASIL (2020).  
Elaborada pela autora.

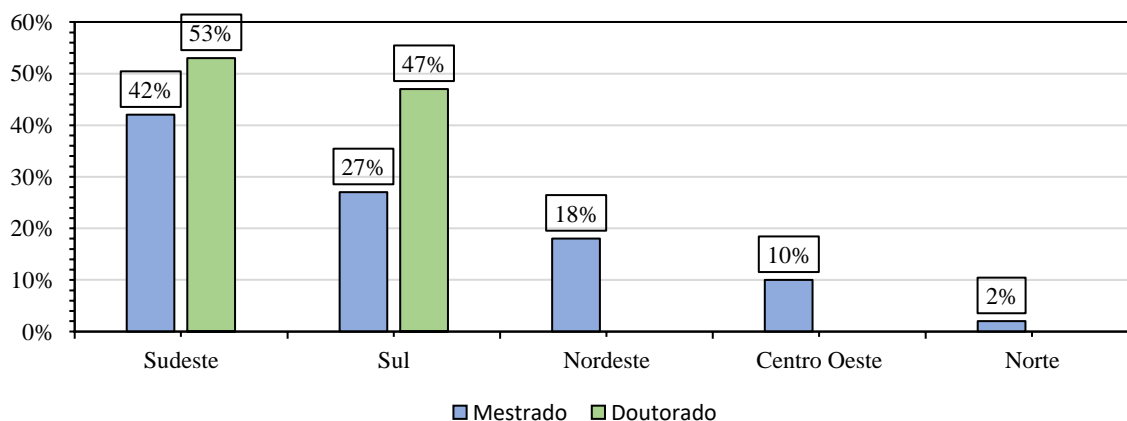
Com relação aos artigos publicados em revistas do país, foram encontrados artigos em quase 90 revistas científicas, ligados em boa parte com centros e núcleos de pesquisa das universidades brasileiras. De acordo com Aef-Brasil (2020) isso é um avanço

significativo, uma vez que a produção e a pesquisa acadêmica, vem oferecendo um espaço para publicações e reconhecimento no campo científico sobre o conteúdo.

Essa disseminação de estudos está ligada com a relevância que esse tema tem adquirido nos programas de mestrado e doutorado nas diferentes regiões do país. Nas palavras de Aef-Brasil (2020, p. 224), é de grande importância “ter programas de mestrado e doutorado dedicados ao estudo, as aplicações de metodologias e a compreensão mais profunda da educação financeira e de suas diversas facetas, pois é no âmbito do *stricto sensu* que há o início da produção de ciência brasileira no tema”.

Com intuito de analisar a disseminação na pós-graduação por regiões brasileiras, o Gráfico 3 apresenta a porcentagem de dissertações de mestrado e tese de doutorado relacionadas com a temática de educação financeira. Era de se esperar que a região Sudeste tivesse o maior número de dissertações de mestrado e tese de doutorado, devido o número de instituições nessa região e da importância delas. Conforme o levantamento, a região Sudeste concentrou 160 trabalhos, seguida da região Sul, com 118 publicações. No Nordeste, foram descobertos 72 trabalhos, no Norte 16 e no Centro-Oeste 42 publicações.

**GRÁFICO 3** – Número de dissertações de mestrado e tese de doutorado sobre a educação financeira nas regiões brasileiras (%)



Fonte: AEF-BRASIL (2020).

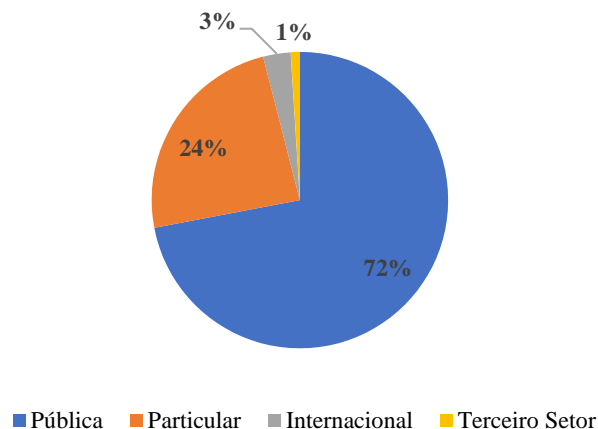
Elaborada pela autora.

<sup>1</sup>No levantamento não foi encontrado teses de doutorado no Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

As publicações no âmbito das instituições de pesquisas tiveram sua maioria sendo publicada em instituições públicas do Brasil, como as universidades federais, estaduais e institutos federais. Por meio do Gráfico 4, pode-se notar que entre os diferentes setores, a instituição pública representou 72% das publicações sobre o tema de educação

financeira. As instituições particulares representaram 24% das publicações, impulsionadas, segundo Aef-Brasil (2020), pelas sedes da Pontifícia Universidade Católica (PUC) nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo.

**GRÁFICO 4** – Total de publicações por setores



Fonte: AEF-BRASIL (2020).

Elaborada pela autora.

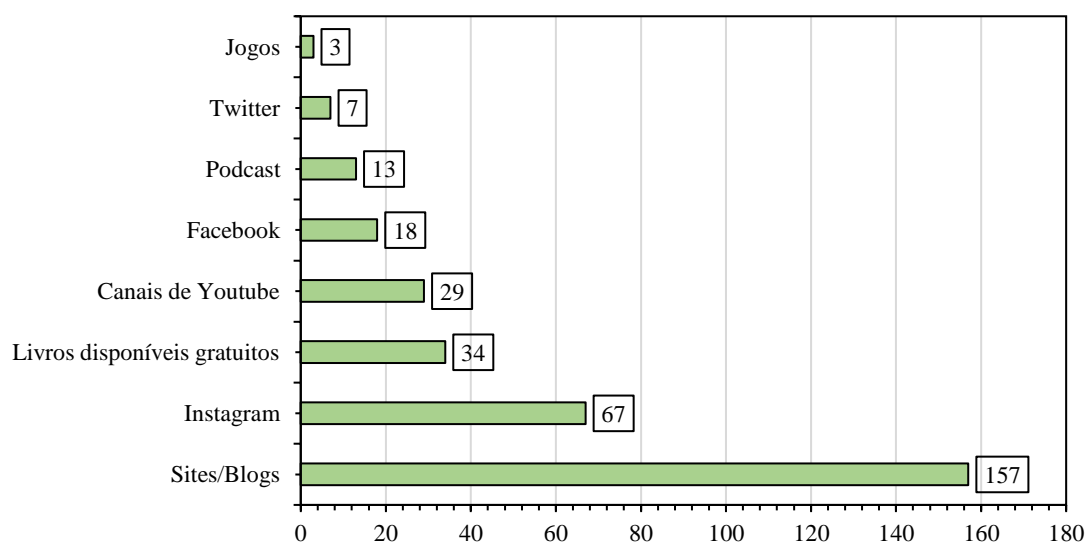
<sup>1</sup>Terceiro setor representa as associações, fundações, secretarias de estado, conselhos de classe que possuam periódicos.

<sup>2</sup>O setor internacional simboliza os congressos e periódicos internacionais.

Na próxima seção será demonstrado como o assunto educação financeira tem expandido nas mídias brasileiras. As redes sociais se tornaram um grande instrumento para disseminação de diferentes conteúdo. Assim, é importante verificar como o tema tem se difundido nas mídias sociais.

#### **4 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS MÍDIAS**

Pereira et al. (2022) apontaram que as mudanças no comportamento dos indivíduos devem acontecer em um contexto de grandes gastos com publicidade e propaganda. Neste trabalho também acredita que o conteúdo de educação financeira compartilhado em publicidade, propaganda nas mídias torna-se um grande aliado para as mudanças no comportamento financeiro das famílias brasileiras. De acordo com a Aef-Brasil (2020), a tecnologia e o acesso a informações por esta, tem sido importantes alicerces na expansão do tema educação financeira entre os diferentes públicos.

**GRÁFICO 5** – Meios de comunicação que discute o conteúdo de educação financeira

Fonte: AEF-BRASIL (2020).  
Elaborada pela autora.

Por meio do Gráfico 5, observa-se que há uma expressiva quantidade de sites/blogs que tem discutido o conteúdo de educação financeira no país, representando um total de 157. A rede social Instagram também tem adquirido um importante papel nessa disseminação, sendo que 67 canais desta rede têm debatido sobre o tema. De acordo com a Aef-Brasil (2020, p. 229), essa ebulição dos aspectos importantes que circundam a educação financeira, comprova o “interesse de diferentes públicos para procurar soluções, conselhos ou inspirações em relação a seus problemas financeiros, pois na internet sabe-se que algo só existe de modo eficiente quando há quem procure pelo que lá está contido”.

Outro ponto que merece destaque são os livros disponibilizados sobre o tema de forma gratuita, o que demonstra a importância que o tema tem ganhado nos últimos tempos. Segundo Aef-Brasil (2020) essa relevância no conteúdo é algo que não tinha acontecido antes. Foram encontrados 34 livros disponíveis *online*, em formato PDF.

A incorporação da educação financeira como assunto transversal, além da quantidade importante de publicações acadêmicas e da grande disseminação nas mídias, tem interessado diversos públicos em obter autonomia e consciência com relação ao seu dinheiro e demais aspectos (endividamento, poupança, investimento) (AEF-BRASIL, 2020). Ainda em conformidade com Aef-Brasil (2020), existe esperança de que a comunidade escolar se incorpore cada vez mais o tema em seus cotidianos.



A crise sanitária que impactou o mundo nos últimos anos, sobretudo no que se refere ao trabalho, renda, poupança, dentre outros fatores, pode ser importante para construir uma maior conscientização da população no que se refere aos conteúdos de educação financeira. Deve-se aproveitar esse momento para despertar mudanças necessárias na alfabetização financeira vida da sociedade, uma vez que essa situação pode acarretar grandes lições em relação à questão financeira.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observou-se neste trabalho que nos últimos decênios o debate sobre os benefícios da educação financeira para os indivíduos tem crescido no território brasileiro. Autores, instituições governamentais e acadêmicas tem apontado o tema como um significativo instrumento para promoção de políticas públicas, dado que a alfabetização financeira da população pode acarretar inúmeros benefícios.

Fora do Brasil, órgãos internacionais colocaram a educação financeira como um mecanismo de inclusão social. Devido a expressiva preocupação pública e privada com respeito as estatísticas sobre as competências econômicas e do letramento financeiro da população de países em desenvolvimento, houve uma intensificação do debate acerca da educação financeira do cidadão.

Este trabalho demonstrou que o Brasil ao longo dos anos realizou pesquisas para construir a proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Através destes estudos, o cerne da elaboração desta proposta se fundamentou em três principais objetivos, sendo: i) promover a educação financeira e previdenciária; ii) aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e iii) contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização. Desde então, ações por parte da ENEF têm sido realizadas no Brasil, com destaque para o Programa Educação Financeira nas Escolas e o Programa Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade.

Julgou-se relevante a iniciativa de levar o conteúdo de educação financeira para as escolas do Brasil, pois acredita-se que ao focar nas crianças e jovens, estes vão aprender sobre um conteúdo que será importante para os seus futuros. Ademais, este conhecimento pode ser compartilhado com os demais membros da família.

Com relação ao Programa Educação Financeira para Adultos em Vulnerabilidade, os estudos demonstraram que há alguns avanços na educação financeira da população, principalmente com o público alvo (mulheres beneficiárias do PBF e os idosos com renda

até dois salários mínimos), mas a alfabetização financeira ainda é baixa. Esses conteúdos ainda necessitam de melhoras para alcançar ainda mais pessoas e possam de maneira efetiva impactar a vida financeira da população.

Além desses programas de educação financeira, este trabalho compartilha do mesmo argumento dos autores Pereira et al. (2022), ou seja, as mudanças no comportamento das pessoas devem acontecer diante de um cenário de grandes investimentos com publicidade e propaganda, incentivando a consciência e autonomia financeira por parte da população.

Este trabalho também mostrou que o tema tem se disseminado nas instituições acadêmicas do Brasil. As publicações em revistas, congressos e periódicos nos últimos anos aumentou significativamente, reiterando a relevância que o assunto tem adquirido dentro do universo acadêmico. Até mesmo dentro da pós-graduação, o qual ocorreu um crescimento de dissertações e teses sobre educação financeira nas diferentes regiões do país.

Outro fator que foi destacado neste presente trabalho foi a grande expansão da educação financeira nas mídias, sobretudo em site/blogs e nos canais de Instagram. Além disso, ressalta-se a disponibilização de livros gratuitos para a população. Todas essas ações demonstram a importância que o assunto obteve, algo nunca visto como mencionado pela Aef-Brasil (2020).

Esta pesquisa entende que a educação financeira é um significativo instrumento para estimular a alfabetização e este é fundamental para estabelecer as mudanças no comportamento financeiro das pessoas comuns do território brasileiro, levando um maior equilíbrio do bem-estar financeiro. Mas como demonstrado ao longo do trabalho, é necessário avançar em algumas questões sobre a educação financeira, pois ainda não tem garantia que esta educação seja capaz de proporcionar uma ampla alfabetização e uma considerável alteração no comportamento financeiro da população.

## **REFERÊNCIAS**

**AEF-BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor.** Riemma Editora, 2020.

**BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CARDOZO, Juliana de Sousa. **Um olhar sobre a estratégia nacional de educação financeira – ENEF e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. **Plano Diretor**. 2010. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

HOFMANN, Ruth Margareth; MORO, Maria Lucia Faria. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. **Zetetiké**, v. 20, n. 2, p. 37-54, 2012.

MARTINS, Ana Quitéria Nunes. **A formação da estratégia nacional de educação financeira do governo brasileiro**. 2013. Dissertação (Mestrado profissional em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasília, DF, 2013.

OECD. **Improving Financial Literacy: analysis of issues and policies**. 1. ed. Paris: OECD, 2005. Disponível em: <[ftp://ftp.fsb.co.za/public/Consumer Education/Presentations/2005\\_Improving\\_Financial\\_Literacy.pdf](ftp://ftp.fsb.co.za/public/Consumer Education/Presentations/2005_Improving_Financial_Literacy.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PEREIRA, Fernando Batista. **Notas de um plano Nacional de Capacitação Financeira**. 2015. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais/CEDEPLAR, Belo Horizonte, MG, 2015.

PEREIRA, Fernando; CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, v. 28, p. 541-561, 2019.

PEREIRA, Fernando et al. Estudo de caso sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil: uma panaceia em um contexto de financeirização?. *In*: XXVII Encontro Nacional de Economia Política, 2022, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia, MG, 2022.

RIBEIRO, Cristina Tauaf. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 486-497, 2020.